



CRÔNICA

J. RIGOLÃO
jose@rigolon.com.br

O BRASIL NÃO MERECE!

O capitão do navio recebe a informação da ocorrência de grande tempestade a três dias de navegação de onde se encontra. Seu imediato recomenda ganhar tempo até a tempestade amainar, reduzindo a velocidade no navio. A proposta é plena de lógica: não chegue perto do fogo e você não se queima!

Foi exatamente o que nosso ex-presidente fez, seguindo a recomendação de seu advogado, quando surgiu a tempestade do Mensalão. A primeira entrevista dada a um jornalista brasileiro ocorreu em Paris, num jardim, bom tempo depois da tempestade, onde ele afirmou categoricamente que não sabia de nada. Criou a famosa e conhecida terra do "não sei"...

Não é de hoje que ouço o PT afirmar que recebeu uma "herança maldita" do PSDB, na época do governo de Fernando Henrique Cardoso. E agora, a nossa atual presidente tenta, de forma primária, transferir a responsabilidade da maior corrupção já detectada no Brasil, praticada na Petrobras, para o governo de FHC.

A presidente diz que as atuais investigações deveriam ter começado em 1990. Cabe aqui uma pergunta: por que não, por exemplo, no ano da nossa independência, em 1822? Sua fala me parece tão descabida que prefiro imagi-

nar que se trata de algo criado por seu marqueteiro, tentando justificar seu salário. A razão é lógica: se assim funcionou durante a campanha para a reeleição da presidente, porque não continuar usando o mesmo caminho?

Mas como será possível ignorar ou justificar a absurda compra da refinaria de Pasadena nos Estados Unidos, a sociedade com o falecido presidente da Venezuela, Hugo Chaves – que não mandou centavos para a construção da refinaria Abreu Lima, em Pernambuco – e a inoperância para extração do "Pré-Sal"? Todos esses fatos aconteceram a partir do governo Lula, não na época de FHC.

E não se pode esquecer ainda que nossa atual presidente foi ministra de Minas e Energia, chefe da Casa Civil, presidente do conselho da Petrobras. Estando tão perto da Petrobras, com toda essa experiência administrativa acumulada, era de se esperar que tomasse alguma atitude. A tentativa de transferir a culpa do ocorrido para um governo que deixou Brasília a mais de doze anos é, no mínimo, lamentável e ridículo. Os petistas chamam de "maldita" a tal herança do FHC. Qual será o adjetivo utilizado para classificar a herança que Dilma Rousseff receberá dela mesma?



DESTAQUES ECONÔMICOS

Antônio José Martins
e-mail: martins_32@terra.com.br

CONTA DE LUZ DA INDÚSTRIA – Deve subir até 53% em março. Empresas do Sudeste terão de arcar com custo das termoelétricas. Associação pretende recorrer à Justiça. Nossa comentário: Com certeza o custo será repassado ao consumidor! Segura, peão, que a inflação vem com tudo...

DESCANSOU COM A FAMÍLIA NA BASE AÉREA DE ARATU (BA) – E agora a presidente Dilma Rousseff enfrenta dois problemas urgentes e complicados: derrota inesperada na eleição da Câmara Federal e o encontro entre o ministro da Justiça e advogados de empresas acusadas na Operação "Lava Jato". Nossa comentário: Pisou feio na bola, ministro Cardoso, e criou mais um abacaxi para a presidente Dilma.

NOVA POLÍTICA ECONÔMICA – Os ministros da área econômica precisam, urgentemente, de apoio para as novas medidas, principalmente um veemente apoio da presidente Dilma.

CRISE DA ÁGUA – Para alegria geral, o nível das represas paulistas continua a aumentar. Nossa comentário: Mas as autoridades do setor continuam a implorar por uma redução de consumo. O calor não irá demorar, quando, então, o consumo voltará a subir...

SABESP DÁ DESCONTO A 294 GRANDES EMPRESAS CONSUMIDORAS

DE ÁGUA CASO AUMENTASSEM O CONSUMO DO PRECioso LÍQUIDO – Nossa comentário: Notícia de 1929? Famosa recessão econômica mundial? Não! É a lista enviada recentemente à CPI que investiga a crise atual.

ALUGUEL DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS – Perdepara a inflação.

OPERAÇÃO LAVAJATO – O ex-presidente do STF, Joaquim Barbosa, foi o primeiro. E agora, o juiz federal Sergio Moro, que conduz todas as ações da operação, aumenta, com grande veemência, as críticas sobre o encontro do ministro da Justiça, em seu gabinete, com advogados de defesa das empreiteiras envolvidas.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL LIMITA TETO DE MULTA A 100% – Os contribuintes multados com valores superiores ao tributo devendo poderão reduzir o montante a ser pago ao Fisco. A Primeira Turma do Supremo Tribunal determinou que multa aplicada ao contribuinte não pode ser superior a 100% do valor do tributo. No âmbito da RF, as multas podem chegar a 225%; no estado de SP, a 300% no caso do ICMS.

Nossa comentário: Pela importância do assunto, cito sua origem: Jornal Valor Econômico – 2/01/2015.

Por hoje é só. Tenham todos uma ótima semana, com bastante chuva!

NOTAS

*GAUDENCIO TORQUATO

LISTA

Corre à boca pequena a informação de que a lista de políticos envolvidos no petróleo somará 42 pessoas.

UMAVERGONHA

Escola de Samba fazendo homenagem a um ditador é algo inconcebível. No caso, ao ditador da Guiné Equatorial. Antes, porém, as autoridades devem passar a régua da ética e da moral sobre os financiamentos das Escolas.

PTEM DESCENSO

Nos próximos tempos, o PT vai ficar sem rumo na Câmara Federal. Perderá comando de Comissões importantes. E navegará ao leu.

PMDB BOUVINODELEVY

Segunda feira, o presidente do PMDB e VPR, Michel Temer, dará um jantar no Palácio do Jaburu, reunindo os presidentes do Senado e da Câmara, juntamente com os

líderes do partido nas duas casas, para o grupo ouvir o programa de ajuste econômico de Joaquim Levy, convocado especial.

PAES, VISÃOESTREITA

Eduardo Paes, o prefeito do Rio de Janeiro, começa a entrar no dicionário dos presidenciáveis de 2018. O peemedebista, porém, sofre muitas restrições. Considerado ainda inexperiente, cercado de pavonice e exibição, não tem estofo para liderar a candidatura de um partido complexo como o PMDB. E, pior, tem estreita visão de Brasil.

NOPRELO

Vem aí, nas próximas semanas, mais um livro deste escriba: COMUNICAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES (Empresas privadas, instituições e setor público: Conceitos/ Estratégias, Planejamento/ Técnicas). Pela Summus.

Política e Politicagem no Judiciário

É recorrente a ideia de que o Poder Judiciário, o mais sagrado dos Poderes, recebe influência da política. Nos últimos tempos, o jogo de interesses ganhou maior atenção em função do contencioso envolvendo atores políticos, cujos processos são julgados pelo STF. Daí a razão pela qual magistrados que ascendem às Cortes Judiciais, por nomeação da presidente da República, acabam entrando em versões de favorecimentos a determinados réus. Procede tal suspeita, sabendo-se que os ministros da Alta Corte permanecerão em seus cargos até a aposentadoria?

Analisemos a questão sobre o conceito de politização do Judiciário. Primeiro, lembramos que, na visão aristotélica, o Judiciário cumple uma função política; basta levar em consideração a cota política que Aristóteles atribuía ao cidadão, ao qual o filósofo atribuía o dever de participar da vida da cidade, sob pena de se transformar em "ser vil". Nessa tarefa, o homem emprega seus dons naturais do entendimento e do instinto para exercer as funções de senhor e magistrado. Se tal ensinamento for bem interpretado, não haverá restrição para se enxergar na missão dos juízes uma faceta política. O problema, porém, é outro. Reside na confusão que o representante deflagra quando usa política para operar interesses escusos. Neste caso, substituindo o bem comum por interesse próprio. É quando a Política com P maiúsculo converte-se em politicagem.

Não se pretende defender a tese de que o juiz precisa vestir o figurino da neutralidade. Juízes insípidos, inodoros e insossos tendem a ser os piores. O que a sociedade quer é voltar a encontrar no Judiciário as virtudes que tanto enobrecem a magistratura e outros serventuários da Justiça: independência, saber jurídico, honestidade, coragem e capacidade de enxergar o ideal coletivo. Essa teia está furada.

Quais as razões? A ingerência do Executivo sobre o Judiciário é uma delas.

O poder de fazer nomeação, por exemplo, estabelece influência.

A mão que pode nomear um magistrado permanece suspensa sobre a cabeça do escolhido, gerando retribuição. O Executivo acaba quase sempre levando a melhor. O jurista Paulo Bonavides lembra: "A Suprema Corte correrá o risco de se transformar em cartório do Poder Executivo".

Noutras instâncias, as promoções na carreira costumam passar por cima de critérios de qualidade. Uma liturgia de herança de poder se instala com docilidade junto às cúpulas dos tribunais. O nivelamento por baixo ocorre na esteira da massificação de cursos de Direito e da juvenilização dos quadros.

Têm, a deusa, tem uma venda nos olhos para representar a Justiça que, cega, concede a cada um o que é seu, sem olhar para o litigante. No Brasil, tem-se a impressão de que, vez ou outra, a deusa afasta a venda para espiar a clientela.

TROVAS

J. R. do Amaral Lincoln

Siga em frente!... E tenha dó do que espera ajuda a esmo: o tempo, além de andar só, se originou de si mesmo!...

Quem morre deixa uma vaga que nunca será preenchida: o DNA dita a saga, seja na morte ou na vida.

Já ninando a natureza, desmaia o sol na amplidão ... E acende a luz da tristeza, no facho de solidão.

AJUSTE RECESSIVO

* Marcos Cintra

Ajustes fiscais duradouros e de boa qualidade são os que se baseiam em corte de gastos. Os de pior qualidade, e mais recessivos, são aqueles que dependem de aumento de impostos.

Redução de gastos possui nítidas vantagens: cortam gorduras e ineficiências, combatem os "rentseekers" (agentes que tentam obter renda manipulando o ambiente político) e a corrupção, diminuem a demanda do setor público por poupança privada e permitem a capacidade de investimento das empresas.

Já os ajustes baseados em aumento de tributos são mais simples, porém não possuem muitas das qualidades acima, além de serem recessivos ao asfixiarem o setor produtivo e o consumo das famílias.

O ajuste que começa a ser posto em prática no Brasil é perverso, pois envolve elevação de tributos, como a Cide, IOF, PIS-Cofins, o fim de isenções e desonerações de IPI e INSS, e até possivelmente a recriação da CPMF.

O aumento de carga tributária poderá chegar a 2% do PIB.

Por outro lado, as reduções de gastos públicos ainda são hipotéticas, e apesar da elogável disposição do ministro Joaquim Levy em implementá-las, já enfrentam enorme oposição política e popular. Os obstáculos para reduzir despesas são notórios no mundo todo, mas particularmente perceptíveis no Brasil, que optou por um modelo de estado de bem estar social, sem dispor de meios para financiá-lo.

O corporativismo, a cultura do "direito conquistado", a demagogia, o populismo e a ditadura do "politicamente correto" transformaram o país na "república dos coitadinhos", onde os que são con-

siderados "vulneráveis" julgam-se detentores de privilégios a ponto de desafiarem as autoridades constituídas para conquistarem suas metas. Questões objetivas de equidade e eficiência acham-se subordinadas à lógica do combate à desigualdade a qualquer custo.

Outro foco de dificuldade para cortar despesas diz respeito ao processo orçamentário brasileiro, que é incremental. Propostas orçamentárias adotam como premissa que os gastos e ações em andamento são justificáveis pelo simples fato de já existirem, cabendo aos que elaboram, aprovam e executam os orçamentos públicos interferirem apenas em decisões marginais de acréscimos ou de reduções desses programas. Os orçamentos tornam-se rígidos e inflexíveis para baixo. Sobre vivem por pura inércia.

Vê-se, portanto, que no tocante à redução de gastos públicos as dificuldades são enormes. Basta lembrar que apenas dez por cento das receitas federais são destinadas a gastos discricionários – não obrigatórios por lei, incluindo investimentos.

Em resumo, não bastasse o descalabro que este governo gerou em sua gestão orçamentária, que seria corrigido com a adoção do método de orçamento base-zero (que todo ano revisa e avalia a eficiência dos gastos do ano anterior), o ajuste trilha o caminho mais ineficiente e recessivo para corrigir os próprios erros, aumentando a já exorbitante carga tributária brasileira.

* Marcos Cintra é doutor em Economia pela Universidade de Harvard (EUA) e professor titular de Economia na FGV (Fundação Getúlio Vargas). Foi deputado federal (1999-2003) e autor do projeto do Imposto Único.

SPVIAS RECUPERA PAVIMENTO NA RODOVIA SP-127

Até a próxima terça-feira (3), a concessionária CCR SPVIAS realizará obras de recuperação de pavimento entre os quilômetros 114 e 134 da Rodovia Antonio Romano Schincariol (SP-127), nos municípios de Tatuí e Itapetininga.

Para que a obra seja realizada, o tráfego fluirá de maneira

ANUNCIE NO JORNAL INTEGRAÇÃO - FONE (15) 3305-6674

integração

EXPEDIENTE

Integração - o Jornal do Povo Ltda. - Rua São Bento, 785 - Tatuí/SP - CNPJ: 45.941.838/0001-18

DIRETOR RESPONSÁVEL

José Reiner Fernandes (Reg. no MTB. N° 12095)

DIRETOR PROPRIETÁRIO

René José Rodrigues Fernandes

REDATORA:

Aideé Maria Rodrigues Fernandes (Reg. no MTB. N° 16035)

ESPORTES:

Rogério Lisboa (Reg. no MTB. N° 24727)

FUNDADORES em 24/12/1975:

José Reiner Fernandes, Francisco José Lang Fernandes de Oliveira, Roberto Antonio Carlessi, Ivan Gonçalves e Acassil José de Oliveira Camargo

Propriedade da Empresa Jornalística Integração - o Jornal do Povo Ltda.

Rua São Bento, 785- Tatuí/SP - CEP: 18270-820

Tiragem: 3.500 exemplares

e-mail: integracao@assetra.com.br

Impresso: A Tribuna de Piracicaba - Rua Luiz Gama, 144 - Piracicaba/SP

JORNAL INTEGRAÇÃO

e-mail: redacao@jornalintegracao.com.br

NOTAS

*GAUDENCIO TORQUATO

LISTA

Corre à boca pequena a informação de que a lista de políticos envolvidos no petróleo somará 42 pessoas.

UMAVERGONHA

Escola de Samba fazendo homenagem a um ditador é algo inconcebível. No caso, ao ditador da Guiné Equatorial. Antes, porém, as autoridades devem passar a régua da ética e da moral sobre os financiamentos das Escolas.

PTEM DESCENSO

Nos próximos tempos, o PT vai ficar sem rumo na Câmara Federal. Perderá comando de Comissões importantes. E navegará ao leu.

PMDB BOUVINODELEVY